

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Transparência

Agetop apresenta programa de compliance a representantes de órgãos fiscalizadores

17/12/2018 10:06 --- Por Redação --- Edição 2266

A implantação do Programa, com enfoque educacional, preventivo e de conscientização, passará pela criação de um Comitê de Conformidade

A Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) apresenta nesta terça-feira, 18, o programa de Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente. A explanação terá a presença de órgãos fiscalizadores como TCE, CGE, MP-GO e de representantes da PGE, TCM, MPF, TJ e Assembleia Legislativa além de representante de empresas executoras de obras, como Sinduscon, AGE e Sindicato das Indústrias de Construção Pesada de Obras de Infraestrutura no Estado de Goiás.

Os procuradores Luiz César Kimura, presidente da Agetop, e Alan Marques, coordenador do programa, demonstrarão em que fase se encontra o programa, suas peculiaridade e importância na Agência, por se tratar de órgão executor de obras.

O planejamento do Programa de Conformidade e Compliance, com definição de metodologia e execução, foi concluído e o foco passa a ser o conteúdo, que se encontra em elaboração, inclusive com sugestões de integrantes da Agetop. "É importante para o aprimoramento do Programa a coleta de sugestões de quem trabalha com os processos técnicos, administrativos e operacionais. São informações de situações reais", acrescenta Luiz Kimura.

A implantação do Programa, com enfoque educacional, preventivo e de conscientização, passará pela criação de um Comitê de Conformidade, responsável pela disseminação e implementação de ações práticas em todos os ambientes e públicos da Agência, reforçando o compromisso quanto a mudanças necessárias. "Teremos três pilares para a execução do Sistema de Conformidade: prevenção, detecção e correção", diz Alan Marques.

Termos e orientações

A Agetop é pioneira, entre os órgãos estaduais, a implantar o Programa, seguindo tendência mundial e orientação do governo estadual de adotar procedimentos de Conformidade e Compliance. Orientações e termos de declaração de práticas, baseadas na legislação e em padrões éticos, íntegros e transparentes, estão sendo repassados aos fornecedores para serem preenchidos e anexados a processos como condição de seu prosseguimento.

A adoção de ações do Programa deverá possuir caráter continuado, dado a formalização e a atualização das políticas da Agetop. O crescimento e a constante atuação da Agetop em diferentes setores da economia, regiões geográficas e ambientes culturais, pela diversificação de suas obras rodoviárias e civis, exigem constante aprimoramento dos conceitos e das orientações que conduzirão as ações de seus integrantes nas diferentes esferas.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

APRESENTAÇÃO - O presidente da Agetop, Luiz César Kimura, apresentará hoje seu Programa de Conformidade a órgãos fiscalizadores como TCE, CGE, MP. Será às 9 horas, no auditório da autarquia.

ELEITOS - Amanhã é dia de diplomação d aqueles que saíram vitoriosos nas eleições em Goiás. Às 10 horas, no TCE.

gfm



POLÍTICA

Orçamento fica para janeiro

NOVO GOVERNO Ronaldo Caiado confirma que votação da LOA ocorrerá no ano que vem, após mais análises e possível inserção do Estado no Regime de Recuperação Fiscal criado pela União

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

O governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) confirmou ontem que a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ficará para o ano que vem, juntamente com a reforma administrativa do Estado. O POPULAR havia antecedido na sexta-feira (14) que o futuro governador preferia adiar a apreciação em meio à tentativa de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado pela União para socorrer Estados em grave crise financeira.

“Temos de analisar a realidade que está sendo projetada no Orçamento. A receita prevista tem de ser real, do contrário estaremos fazendo um Orçamento fake. A sociedade não quer isso”, afirmou Caiado em entrevista após visita ao prefeito de Goiânia, Iris Rezende (MDB), no Paço Municipal. “Eu pedi para termos tempo. A partir de janeiro teremos uma missão do Tesouro Nacional, da Previdência,



Iris Rezende e Ronaldo Caiado em encontro ontem: governador eleito disse que convênio depende de recursos

e teremos uma radiografia bem clara da realidade financeira do Estado. Aí será o momento de colocarmos em discussão a votação do projeto”, completou.

O grupo do governador eleito considera adequado aguardar os avanços da negociação com o governo federal para alterar termos do Orçamento que o tornem mais próximo da realidade e já incluam os benefícios do RRF, como a suspensão do pagamento da dívida, que representaria redução de R\$ 2 bilhões por ano de despesas. A LOA prevê receita líquida de R\$ 26,4 bilhões e despesas no mesmo valor.

Pela tarde, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Vitti (PSDB), havia anunciado na primeira sessão da autoconvocação da Casa que a LOA

ficará para meados de janeiro. O relator do projeto, deputado Lívio Luclano (Podemos), disse que a não aprovação não provocará prejuízos ao funcionamento do Estado. “Isso já aconteceu outras vezes. Começa o mês de janeiro gastando 1/12 do que está orçado no projeto de LOA que aqui está”, afirmou.

No entendimento dos aliados de Caiado e também da direção do Legislativo, com a não aprovação até 31 de dezembro, usa-se o Instituto da execução provisória do Orçamento, estabelecido no artigo 65 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele permite a utilização do projeto da LOA para alguns grupos de despesa: pessoal, dívida pública, outras despesas correntes e contratos de duração conti-

nuada. As demais despesas podem ser executadas no limite de 1/12 de cada dotação por mês. A diretoria da Casa confirma que já houve votações em anos anteriores no mês de janeiro.

Lívio chamou a LOA de “peça de ficção” e adiantou que seu relatório terá “modificações profundas” em relação à proposta do atual governo. Com a possibilidade de votação da LOA descartada, a Casa vai se concentrar em encerrar a votação das matérias que estão em tramitação na Casa, segundo o presidente.

PARCERIAS

Caiado afirmou ter pedido audiência com Iris para convidá-lo para a posse no dia 1º de janeiro e oferecer “total parceria” com o governo estadual. Iris

também falou da importância de parcerias, mas ambos não citaram projetos específicos. O prefeito disse apenas que os dois “de mãos dadas, darão um impulso muito grande na solução dos problemas, a começar pelo transporte coletivo, que é um dos mais graves”.

Questionado sobre a continuidade do convênio entre Estado e Prefeitura para a construção da Avenida Leste-Oeste, acertada no programa Golás na Frente, o futuro governador não se comprometeu a mantê-lo. “Meu compromisso é claro, de campanha: eu só autorizo o que eu posso pagar”, disse. O convênio, com previsão de repasse de R\$ 35 milhões do Estado, foi acertado entre Iris e o ex-governador Marconi Perillo.

CPI

Depois de ver o prefeito ser questionado sobre a Comissão Especial de Inquérito (CEI) das Obras Paradas em Goiânia, cujo relatório pede indiciamento de Iris, Caiado afirmou que aproveitava a pergunta para solicitar investigação à Assembleia Legislativa referente ao Estado. “É uma oportunidade para pedir uma CPI no primeiro dia da Assembleia para ver as obras inacabadas e paradas. Vou fazer isso como precaução desde o primeiro dia”, afirmou.

Iris havia respondido que a CEI deveria ter sido criada no início de sua gestão, em janeiro de 2017, porque, segundo ele, a herança foi de um cenário amplo de obras paralisadas. O emedebista disse que está avançando e não estabeleceu prazo para a retomada das obras.

“Teremos uma radiografia bem clara da realidade financeira do Estado. Aí será o momento de colocarmos em discussão”

Ronaldo Caiado (DEM), senador e governador eleito



“Há várias formas para se fazer a regionalização”

SAÚDE Ismael Alexandrino, futuro titular da SES-GO, fala sobre ações para levar especialistas ao interior e diz acreditar que dívidas com as OSs vão ser pagas este ano

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

O médico Ismael Alexandrino, que assume a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) na gestão de Ronaldo Calado (DEM) no próximo ano, participou de uma entrevista pela live do Facebook do POPULAR na tarde de ontem. Atual diretor-presidente do Instituto Hospital Base e conselheiro titular do Colegiado Gestor da Saúde do Distrito Federal, ele falou sobre a gestão por organizações sociais, regionalização do atendimento, remédios de alto custo e a relação com a Prefeitura de Goiânia.

DÍVIDAS COM OS

“O que foi nos prometido pelo secretário do governo atual é que essas dívidas foram empenhadas e liquidadas, faltando o pagamento. Como a transição de um elo eleitoral você não pode passar as dívidas pendentes e como já foi empenhado e já foi liquidado, há grande possibilidade de se realizar o pagamento (ainda este ano). A não ser que se cancele os empenhos. Mas nós queremos acreditar que eles não serão cancelados porque se não a dívida vira o ano e entra em um processo de reconhecimento de dívida, de resto a pagar, de despesa anterior. Do ponto de vista administrativo e financeiro, se ela rodar o ano ficará muito ruim. Não é que fica insolúvel, mas se torna muito mais burocrático”

REGULAÇÃO MUNICIPAL

“A minha visão sobre regulação e eu não pensaria, em



Ismael Alexandrino em entrevista ao POPULAR

um primeiro momento, em nenhum chamamento para organização social para isso. Eu entendo que regulação tem haver com administrar com um princípio do SUS chamado equidade. E isso é uma governança do ente público propriamente. Inclusive em parceria, do ponto de vista da fiscalização, do Ministério Público. Então não é uma questão de estar na mão do município ou estar na mão do Estado. Os hospitais que têm capacidade de prover a atenção terciária, de alta complexidade, na sua grande maioria, são estaduais. Se ele tem essa capacidade, ele tem que ser pelo menos participe de alguma coisa em relação a isso e não simplesmente delegar a outro.

PLANO DE CARREIRA

“O plano de carreira para médicos foi pensado para que se possa conseguir fixar os médi-

cos especialistas nas cidades interioranas. Hoje nós temos a densidade de mãos de obra especializada, praticamente, só na capital. É pensamento ainda, não está se prometendo, precisa fazer avaliação econômica, logística e legal”

OBRAS ATRASADAS

O hospital de Uruaçu, a primeira etapa dele, está concluída. No entanto, tem também o hospital de Santo Antônio do Descoberto e de Águas Lindas de Goiás, que as obras estão já antigas e não concluídas. Existem também algumas unidades de saúde especializadas concluídas recentemente – em Quirinópolis e Golanésia – mas que não iniciaram as suas atividades. E tem algumas outras previstas – Formosa, São Luís dos Montes Belos – que estão no planejamento para que sejam executadas. Essas unidades todas, elas precisam de um investimento inicial da ordem de entre R\$ 200 e R\$ 245 milhões. E o investimento inicial, no ano seguinte ele se converte em custeio. Então é um valor a mais que se lança no orçamento para que se mantenha essas unidades.

REGIONALIZAÇÃO

A regionalização é sim uma meta para esse governo. Há várias formas, não é simplesmente um detalhe, para se fazer a regionalização. Pode sim ter a questão da carreira de Estado, pode sim ter a telemedicina (consulta por distância com especialistas), pode sim fazer consórcios. É uma multiplicidade de fatores para fomentar esse processo de regionalização.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Transparência

O programa de Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente da Agetop será apresentado aos órgãos fiscalizadores como TCE, CGE, MP, hoje, às 9 horas. A solenidade contará com a presença de representantes da PGE, TCM, MPF, TJ, Assembleia Legislativa, e das empresas executoras de obras, como Sinduscon, AGE e Sindicato das Indústrias de Construção Pesada de Obras de Infraestrutura de Goiás.

Diplomação

Em solenidade amanhã, às 10 horas, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás diplomará o governador eleito Ronaldo Caiado, o vice Lincoln Tejota, os senadores Jorge Kajuru e Vanderlan Cardoso, além dos 41 deputados estaduais e os 17 deputados federais eleitos, além de suplentes.



“Teremos diálogo com os poderes e com a sociedade”, diz Caiado

Governador eleito abre ciclo de palestras do 4º Fórum da Fokus, em Aparecida de Goiânia



Helton Lenine

Da editoria de **Política**

Ao abrir o ciclo de palestras do 4º Fórum da Fokus, ontem, o governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) afirmou que tem se empenhado para buscar soluções para as dificuldades fiscais de Goiás de forma transparente, trazendo todos segmentos envolvidos para as discussões. O democrata quer mostrar a realidade do Estado e, ao mesmo tempo, garantir o apoio da sociedade nas mudanças que se fazem necessárias. “Queremos ter uma gestão transparente e, para isso, precisamos assumir todos os débitos do Estado. Vamos assumir as dívidas que temos e entrar para entrar no regime de recuperação fiscal. Em um primeiro momento as regras para isso podem parecer duras, mas não podemos tapar o sol com a peneira ou ficar enxugando gelo”, explicou, ressaltando a necessidade de equilibrar as contas públicas para otimizar o trabalho do governo em prol dos cidadãos.

O diálogo com os poderes e os segmentos sociais é também tratado como algo prioritário para o senador. “O Legislativo me mostrou a importância de trabalhar em equipe. Sei da importância do diálogo para podermos ter governabilidade. Temos de ter interlocução com a sociedade, com os servidores, com os empresários para enfrentar os desafios e não sermos sequestrados pelas corporações”, afirmou.

O senador complementou dizendo que irá apresentar a reforma administrativa e, como mandatário, dar o exemplo, “cortando



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Ronaldo Caiado: recuperação do Estado ocorrerá com diálogo e entendimento com toda sociedade

no osso”. Ao mesmo tempo em que promoverá o enxugamento da máquina, irá reforçar as políticas públicas de segurança, saúde e social. “A prioridade será o Interesse da sociedade. A máquina do Estado será usada para melhorar a economia e dar qualidade de vida para o cidadão. Vou trabalhar pelo Estado, não para construir grupo político ou grupo financeiro”, garantiu.

Ronaldo Caiado comentou ainda sobre a construção de seu secretariado que, para ele, precisa ter uma forte interlocução com o governo federal. “Tenho buscado um secretariado que tenha apoio político e conhecimento técnico para avançar nas negociações. Eles precisam ter acesso direto com o governo federal e fazer a ligação entre a realidade de Goiás e do Brasil”, complementou.

Durante a palestra, o senador garantiu ainda que irá trabalhar para que o Democratas nacional seja base de apoio do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para



Ronaldo Caiado com supermercadistas e o deputado Glaustin da Fokus

implementar as reformas que o Brasil necessita neste momento. Nas últimas semanas, o governador eleito tem estado frequente-

mente em Brasília para encontros com Jair Bolsonaro e sua equipe econômica, como o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.



Dívidas e futuro do Bolsa Universitária preocupam entidades

Helton Lenine

Apreensão, preocupação e incertezas quanto ao futuro do Programa Bolsa Universitária. Com isso, milhares de estudantes estão preocupados quanto a possível perda do benefício e, como consequência, temem que abandonar seus cursos por falta de condições próprias para custear os estudos uma vez que possuem baixo poder aquisitivo.

Além dos alunos as entidades mantenedoras enfrentam graves problemas financeiros devido ao atraso no repasse de recursos pelos serviços prestados.

Na última sexta-feira (14) o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior do Estado de Goiás (Semesg) promoveu uma Assembleia Geral Extraordinária quando vários assuntos foram discutidos.

Participaram representantes de mais de quarenta estabelecimentos filiados e não filiados a entidade. As principais discussões giraram em torno do Programa Bolsa Universitária, programa social considerado de grande importância social, gerenciado pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e executado pelas Universidades e faculdades privadas. Atualmente o programa beneficia 26.400 alunos de baixo poder aquisitivo.

Entretanto, o atraso no pagamento feito pelo Governo do Estado às entidades mantenedoras vem gerando problemas financeiros e muita apreensão quanto a manutenção do programa. A situação agrava-se ainda mais uma vez que está se aproximando o período das matrículas para o ano de 2019. Até novembro último já se totalizam sete meses em atraso com um montante de dívida acumulado em R\$ 72 milhões. Ao encerrar o mês de dezembro essa dívida vai ultrapassar a R\$ 82 milhões.

Durante a assembleia do Semesg vários participantes relataram as enormes dificuldades financeiras que vêm enfrentando. O presidente do sindicato Jorge de Jesus Bernardo classificou a atual situação como "insustentá-

vel, tanto é que vários estabelecimentos estão com a continuidade de suas atividades ameaçada se não houver uma atualização desses pagamentos o mais rápido possível". Acrescenta que "enquanto o Governo Estadual não cumpre a sua obrigação, deixando milhares de jovens num clima de extrema apreensão, as entidades mantenedoras continuam exercendo com dedicação suas funções para a manutenção do programa. Em contrapartida elas fazem um grande sacrifício para pagar em dia os seus trabalhadores, professores, encargos sociais e fornecedores. Mas não sabemos até quando elas vão suportar".

O Semesg tenta uma audiência junto ao governador José Elton para tratar do assunto e buscar uma saída para o problema, mas até agora não conseguiu. O sindicato se reuniu com a diretora geral da Organização das Voluntárias de Goiás, Kleina Rodrigues, quando

discutiu o assunto. Entretanto não obteve nenhuma informação sobre um calendário de pagamentos. Nem mesmo se o atual governo vai pagar ou não alguma parcela antes de deixar o cargo.

As entidades mantenedoras também esperam um posicionamento do próximo governo quanto a manutenção ou não do Programa Bolsa Universitária para o ano que vem. Para tanto já foi solicitada uma audiência com o governador eleito, senador Ronaldo Caiado, e o Semesg aguarda um agendamento. Para Jorge de Jesus é importante que esse encontro ocorra o quanto antes "uma vez que as matrículas para 2019 estão se aproximando e não há nada definido sobre o assunto. Apenas algumas sinalizações de manutenção do programa por parte do próximo governo, mas através de declarações à imprensa".

Na assembleia geral do sindicato decidiu-se que quando da assinatura do contrato de matrícula entre o aluno e a entidade será acrescentado um adendo informando de que não estará garantido o benefício do Bolsa Universitária.



TJ inaugura novo estacionamento

Local tem capacidade para mais de 750 carros, motos e bicicletas

LUCAS MORAES

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) inaugurou nesta segunda-feira (17) um estacionamento vertical com capacidade para mais de 750 carros, motos e bicicletas. A entrega da obra, segundo o TJGO, vai minimizar a carência de vagas na região e proporcionar mais segurança aos servidores e magistrados, além de impactar positivamente no trânsito da redondeza.

“O empreendimento foi focado na necessidade do servidor, que ao chegar ao trabalho ficava na rua, esperando uma oportunidade de vaga para estacionar o seu carro, muitas vezes, correndo o risco de ser assaltado. Na verdade, todo o seu espaço coberto será aproveitado”, afirmou presidente do TJGO, desembargador Gilberto Marques Filho, durante solenidade de inauguração.

O estacionamento vertical foi construído na porção do terreno entre a Avenida Assis Chateaubriand e a Rua Olinto Manso Pereira, com térreo, mezanino e cinco



Presidente do Tribunal de Justiça, Gilberto Marques, falou da necessidade que os servidores tinham de um estacionamento seguro e de acesso ágil

18.637,74 metros quadrados. Segundo Gilberto Marques, o valor da obra caiu em relação ao valor estimado. De R\$ 25 milhões, o custo da obra passou para pouco mais de R\$ 19 milhões.

A execução da obra levou 390 dias para sua conclusão. A previsão era de 450 dias. Portanto, 60 dias antes da entrega estabelecida em contrato, cuja ordem de serviço foi assinada no dia 13 de novembro de 2017.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Walter Carlos Lemes, que será o novo dirigente do Judiciário a partir de fevereiro do ano que vem, re-

vertical do TJGO como um belíssima obra e ressaltou a importância da obra para os magistrados e servidores. Walter Carlos Lemes também saudou a presença de membros do Ministério Público e da OAB na solenidade, além dos outros dois Poderes. “O presidente [Gilberto Marques] edificou um belíssimo estacionamento, com vários andares, que doravante poderá receber todos os servidores e cidadãos que vierem visitar nosso Tribunal”, disse.

Em discurso, o governador de Goiás, José Eliton, ressaltou a importância da

dos cidadãos que demandam o judiciário goiano. O governador parabenizou o presidente do TJGO “pela sua dinâmica na modernização e reestruturação do Poder Judiciário goiano”. Eliton aproveitou também para agradecer ao presidente Gilberto Marques pela parceria com o poder judiciário e fez uma menção ao prefeito Iris Rezende. “Fiz no particular, mas faço questão de fazê-lo público. Agradeço ao prefeito e ex-governador Iris Rezende pela relação que tive com ele. Uma relação extremamente importante para a capital”, reconheceu.

lenidade de inauguração, o prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado, elogiou a grandeza da obra entregue aos servidores do TJGO. “Gilberto Marques mais uma vez dá demonstração do magistrado extraordinário que é, e também de um grande executivo”, afirmou Iris Rezende.

Liberação do espaço ocorrerá em janeiro do próximo ano

O estacionamento será liberado para uso a partir do dia 7 de janeiro. Até lá, os servidores deverão cadastrar seus veículos para uso, por meio do Sistema de Controle de Estaciona-

“Controle de Estacionamento”, os servidores precisam utilizar a matrícula e a senha, usadas normalmente para consultar contracheques e executar outros serviços. Dessa forma será possível solicitar um adesivo oficial numerado que será fornecido pela Assessoria Militar do TJGO em data ainda a ser informada pelo departamento.

Segundo a assessoria Militar, somente um veículo por servidor poderá ser cadastrado, além disso apenas servidores ativos que trabalham na unidade do TJGO, no Setor Oeste, em Goiânia,

Regularização do imóvel necessitou de buscas históricas

De acordo com o TJGO, a conclusão do projeto foi possível após uma tarefa da gestão atual para a regularização do terreno junto à Prefeitura de Goiânia, por meio de um processo administrativo municipal instaurado em 2013.

Construído em 1986, o TJGO foi edificado em um terreno doado pelo Estado de Goiás, na gestão do governador Leonino Di Ramos Caiado. Contudo, não havia registro de ter sido expedido o Habite-se, escritura pública que regulariza a posse, formalizada pelo Poder Municipal. Para conseguir esse documento, foi feito um trabalho de pesquisas nos cartórios extrajudiciais da capital. O projeto arquitetônico foi executado na gestão do desembargador Ney Teles de Paula, no biênio 2013/2015.

Após seis meses de con-

sulta aos acervos das serventias, foi encontrado o documento que oficializava a doação do terreno ao Poder Judiciário. A partir daí, abriu-se um processo administrativo municipal. A Procuradoria Geral do Município analisou o pedido e constatou que, apesar da ausência do Habite-se, o prédio foi edificado antes de leis que regiam construção e regularização.

Desenvolvida na década de 1970, a condicionante imposta pela Prefeitura na época foi que a obra não obstruísse área ou logradouro público – ressalvas seguidas. Com base em jurisprudência, o Poder Municipal deu parecer para extinguir multa ao TJGO, pela falta do Habite-se, e, dessa forma, foi possível dar continuidade ao planejamento de construção da estrutura externa.



Construção do prédio, com capacidade para abrigar 750 carros, custou R\$ 19 milhões e cerca de um ano para ficar pronto



Votação do Orçamento só em 2019

Governador eleito solicitou que pauta seja discutida em janeiro do próximo ano

VENCESLAU PIMENTEL

A gravidade da situação fiscal do Estado, conjugada com a possibilidade de Goiás ser incluído no Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal, levou o governador eleito, senador Ronaldo Caiado (DEM), a solicitar à Assembleia Legislativa que adiasse a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para a segunda quinzena de janeiro do próximo ano.

A informação foi anunciada ontem pelo presidente da Assembleia, José Vitti (PSDB), e confirmada pelo vice-governador eleito, deputado Lincoln Tejota (PROS), e o relator da matéria, Lívio Luciano (Podemos), logo após a primeira sessão extraordinária de autoconvocação. "A informação que tenho é de que os projetos da Lei Orçamentária e da reforma administrativa deverão ser encaminhados até meados de janeiro. Acredito que o atual período de autoconvocação deverá ir, no mais tardar, até a próxima quarta-feira", frisou Vitti.

Lívio Luciano explicou que a decisão de transferir a apreciação da proposta para janeiro foi tomada em comum acordo com Caiado (DEM), assim como a reestruturação administrativa do Estado. O deputado garante que o adiamento não trará consequências práticas para o funcionamento do Estado. "Na prática, não haverá nenhum prejuízo. Isso



Caiado apontou como justificativa a grave crise fiscal e também a possibilidade de Goiás ser incluído no Programa de Recuperação Fiscal

já aconteceu outras vezes. Começa o mês de janeiro gastando 1/12 do que está orçado no projeto de LOA que aqui está", pontuou.

O relator disse que a situação fiscal do Estado, com forte déficit orçamentário, também influenciou na decisão de adiar a votação. "A situação fiscal do Estado é grave. O momento requer um trabalho bem mais amplo, bem mais aprofundado de elaboração de um relatório da Lei Orçamentária que realmente aproxime da realidade", frisou, acrescentando que é real a possibilidade de Goiás ser incluído no Regime de Recuperação Fiscal. Tanto é que ele confirmou o desembargo, em Goiânia, no início de janeiro, de uma missão do Governo Federal, para avaliar se o pedido será acatado, após verificar as contas do Estado.

Por conta do déficit orçamentário, Lívio Luciano informou ainda que o seu relatório trará profundas modificações em relação à proposta orçamentária que

o governador José Eliton (PSDB) enviou à Assembleia. "Nós temos feito reuniões com o Tribunal de Contas do Estado, no sentido de fazer uma peça orçamentária do Estado, e não uma peça de ficção que veio para cá", criticou.

Pela proposta que tramita na Assembleia, Caiado teria um orçamento estimado em R\$ 26,6 bilhões, para 2019, ou seja, 6,5% maior que deste ano, cujo recurso deverá, também, bancar as emendas impositivas aprovadas pela Assembleia, na ordem de 0,05%. Há também que se fazer a adequação da matéria, tendo em vista mudanças na convalidação de incentivos fiscais, com a previsão de incremento da receita em R\$ 1 bilhão.

Mas as adequações não param por aí. O vice-governador eleito, deputado estadual Lincoln Tejota (PROS), também avalizou a transferência da votação da LOA, alegando, por exemplo, que as informações obtidas junto ao atual governo, são insuficientes.

"A gente tem tido acesso a algumas informações, mas não estamos satisfeitos com todas as informações", disse em entrevista.

"Não adianta a gente fazer uma peça inchada ou uma peça que seja alguém daquilo que o Estado precisa", avaliou Tejota, também cogitando a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal. "Os números que temos indicam um déficit de R\$ 7 bilhões. Nós estamos buscando formas de incrementar a receita, sem, principalmente, isso pesar no bolso do cidadão, que já não aguenta mais pagar imposto", pontuou.

Já sobre a reforma administrativa, Lívio adiantou que ela fará as mudanças necessárias para promover eficiência e economia. "O desenho dessa reforma administrativa vai espelhar eficiência com economicidade. A ideia é diminuir custo com a máquina e, ao mesmo tempo, torná-la mais eficiente", disse.

O que diz a lei

A Lei 159/2017 institui

o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, que permite ao ente federado que solicitar adesão suspender o pagamento de suas dívidas com a União.

O Regime, conforme a lei, será orientado pelos princípios da sustentabilidade econômico-financeira, da equidade intergeracional, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública.

O programa envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas, por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a

esse Regime.

Sobre as condições fixadas na lei, considera-se habilitado para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - receita corrente líquida anual menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; II - despesas liquidadas com pessoal, apuradas na forma do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com juros e amortizações, que somados representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; e III - valor total de obrigações contraídas maior que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e recursos sem vinculação, a ser apurado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Enquanto vigorar o Regime de Recuperação Fiscal, conforme o artigo 11 da lei, poderão ser contratadas operações de crédito para as seguintes finalidades: financiamento de programa de desligamento voluntário de pessoal; financiamento de auditoria do sistema de processamento da folha de pagamento de ativos e inativos; financiamento dos leilões de que trata o inciso VII do § 1º do artigo. 2º; reestruturação de dívidas com o sistema financeiro; modernização da administração fazendária; antecipação de receita da privatização de empresas de que trata o inciso I do § 1º do artigo 2º; demais finalidades previstas no Plano de Recuperação. (**Especial para O HOJE**)